



**23 DE ABRIL DE 2015**  
**Quinta-feira**

- CÂMARA DOS DEPUTADOS MANTÉM TERCEIRIZAÇÃO DE TODAS AS ATIVIDADES
- GREVE DOS CAMINHONEIROS COMEÇA COM BLOQUEIOS NO PARANÁ
- PRODUÇÃO DE AÇO BRUTO NO BRASIL CAI 7,4% EM MARÇO
- PRODUÇÃO MUNDIAL DE AÇO BRUTO CAI 2,7% EM MARÇO, APONTA WORLDSTEEL
- CVM, NIPPON E TERNIUM DIVERGEM EM OFERTA DE AQUISIÇÃO NA USIMINAS
- DEMANDA POR AÇO NO BRASIL DEVE CAIR 7,8% EM 2015, SEGUNDO WORLDSTEEL
- EXECUTIVO DA VALE DIZ QUE PROJEÇÕES PARA PREÇO DE MINÉRIO SÃO ADIVINHAÇÃO
- VALE DESAFIA PREÇOS E ELEVA PRODUÇÃO DE MINÉRIO EM QUASE 5% NO 1º TRI
- PEUGEOT E IBM AMPLIAM PARCERIA EM CARRO CONECTADO
- AS DIMENSÕES DO AJUSTE ECONÔMICO, SEGUNDO A CNI
- ECONOMISTAS APONTAM QUEDA DE ATÉ 3,5% NO PIB NO PRIMEIRO TRIMESTRE
- ECONOMIA SÓ DEVE INICIAR UMA REAÇÃO NO 2º SEMESTRE DE 2016
- INDÚSTRIA PERDE FATIA NA EXPORTAÇÃO
- TERCEIRIZADOS DE ESTATAIS PODERÃO SE BENEFICIAR DE DIREITOS PREVISTOS EM PROJETO
- EMPRESA SUECA CONFIRMA INVESTIMENTO DE R\$ 80 MILHÕES NO PARANÁ
- USIMINAS REGISTRA PREJUÍZO DE R\$ 235 MILHÕES NO PRIMEIRO TRIMESTRE
- PMI DA INDÚSTRIA DA CHINA DO HSBC CONTRAI PARA MÍNIMA DE 1 ANO EM ABRIL
- ATIVIDADE EMPRESARIAL DA ZONA DO EURO SOFRE COM DESACELERAÇÃO DE

## ENCOMENDAS, MOSTRA PMI

- NOVOS PROJETOS DE LEI – DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS
- DEFICIT DO BRASIL COM EXTERIOR SOBE 14% COM REVISÃO FEITA PELO BANCO CENTRAL
- TERCEIRIZAÇÃO PARA TODAS AS ATIVIDADES NÃO FOI DERROTA DO GOVERNO, DIZ TEMER
- ITALIANA AZIMUT COMPRA CONTROLE DA QUEST INVESTIMENTOS
- TERCEIRIZAÇÃO DA ATIVIDADE-FIM
- CÂMARA CONCLUI VOTAÇÃO E PERMITE QUE QUALQUER ATIVIDADE SEJA TERCEIRIZADA
- INFLAÇÃO MEDIDA PELA FGV PERDE FORÇA E REGISTRA 0,71% NA ÚLTIMA PRÉVIA
- METALÚRGICOS ENTRAM EM GREVE NA MERCEDES
- CAMINHÕES SCANIA REDUZEM CUSTOS EM MINERADORA
- GOVERNO FRANCÊS AMPLIA PARTICIPAÇÃO NA RENAULT
- FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS ENCOLHERÃO 9,4% EM 2015, PROJETA ANEF
- VEJA COMO VOTOU CADA DEPUTADO NO PROJETO DA TERCEIRIZAÇÃO
- WOLFBRASIL CONTRATA GERENTE E REFORÇA EQUIPE DE VENDAS
- EVASÃO FISCAL ANUAL NO BRASIL "EQUIVALE A 18 COPAS DO MUNDO"
- REDUÇÃO DE NOTAS EXPLICATIVAS JÁ BENEFICIA BALANÇO DE EMPRESAS
- CRISE NA PETROBRAS FAZ INDÚSTRIA DO VALE DO AÇO BUSCAR NOVOS MERCADOS
- THERMOGEL PREVÊ FATURAR R\$ 13 MILHÕES

<b>CÂMBIO</b>		
<b>Em 23/04/2015</b>		
	Compra	Venda
Dólar	2,982	2,983
Euro	3,221	3,223

Fonte: BACEN

## **Câmara dos Deputados mantém terceirização de todas as atividades**

23/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (22) alterações ao projeto que regulamenta a terceirização no país, mas sem alterar os pontos essenciais da proposta.

Os deputados mantiveram, por exemplo, a ampliação da contratação de prestadores de serviços para todas as atividades das empresas privadas, contrariando a posição do governo e o entendimento da Justiça do Trabalho.

O texto segue agora para o Senado, que deve tentar restringir o alcance da terceirização. Se isso ocorrer, a proposta volta para a Câmara.

Uma das principais mudanças aprovadas é que a empresa que terceirizar serviços será solidária em relação aos direitos trabalhistas. Também foi aprovada a retenção antecipada de INSS, mas com regra diferente daquela defendida pelo governo.

Outra alteração na lei esclarece que podem ser contratadas como terceirizadas cooperativas, empresas individuais, sociedades e fundações.

### **Setor público**

O PSDB, que na semana passada tirou do projeto sobre terceirização as empresas estatais, conseguiu colocar no texto artigo que estende os direitos previstos na nova legislação aos trabalhadores terceirizados do setor público, incluindo administração direta e indireta.

Ou seja, o setor público só pode terceirizar atividades-meio, e esses funcionários terão os mesmos direitos que os terceirizados do setor privado. Um artigo da lei obriga a empresa a estender os serviços de refeitório, transporte, atendimento médico e treinamento dado aos trabalhadores contratados aos terceirizados, quando ambos trabalharem no mesmo local.

Também foi aprovado artigo que proíbe a terceirização de guardas portuários. Outra mudança obriga as empresas que terceirizam a cumprir a cota para deficientes prevista em lei. Ela será calculada pela soma de funcionários próprios e terceirizados da empresa.

As alterações foram aprovadas após acordo entre a maioria dos partidos, que concordaram em juntar uma série de sugestões em uma única proposta. Como não é possível votar duas mudanças em um mesmo artigo, a aprovação dessa emenda foi uma estratégia para impedir que fosse votada a proposta do governo de proibir a terceirização da atividade-fim das empresas.

“O objetivo é esconder o voto do parlamentar e evitar a identificação de quem votou a favor da terceirização da atividade-fim”, afirmou o deputado Alessandro Molon (PT-RJ).

### **INSS**

Há duas semanas, o texto principal teve apoio de 324 deputados. Nesta quarta, foram 230 votos pelas mudanças.

Uma das principais alterações é que a empresa contratante irá agora responder junto com a terceirizada na Justiça se os encargos trabalhistas não forem pagos ao trabalhador.

Hoje, a contratante é considerada subsidiária, ou seja, responde na Justiça somente quando se esgotam as chances de cobrar da contratada. Esse entendimento havia sido mantido no texto do projeto aprovado há duas semanas.

O governo conseguiu colocar no projeto a retenção antecipada de INSS para todas as empresas, o que também não fazia parte do texto original.

A Fazenda, no entanto, queria a retenção de INSS de 11% ou 5,5% do faturamento para a maioria das empresas, de acordo com a quantidade de mão de obra envolvida no contrato, o que provocaria aumento de carga tributária, segundo o relator do projeto, deputado Arthur Maia (SD-BA). Os deputados fixaram o valor em 20% da folha de pagamento, como já é hoje para essas companhias.

O ministro Joaquim Levy (Fazenda) veio até o Congresso negociar a aprovação da retenção sobre faturamento, mas não teve sucesso. Pela manhã, o ministro afirmou que terceirização não pode ser sinônimo de deixar de pagar imposto.

Foram mantidas as retenções antecipadas de outros tributos, como Imposto de Renda, e de parte do faturamento da empresa para pagar encargos trabalhistas. O dinheiro é recolhido pela contratante em nome da terceirizada, que paga depois ao governo a diferença ou pede restituição do que for pago a mais.

### **"Quarentena"**

Houve mudança ainda na chamada "quarentena". Para tentar impedir que uma empresa demita funcionários registrados para recontratá-los como terceirizados, o texto prevê que a empresa contratada não pode ter como sócio pessoas que trabalharam na empresa contratante nos últimos 12 meses, exceto aposentados. O prazo aprovado há duas semanas era de 24 meses, mas foi reduzido na votação desta quarta.

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), disse antes da votação que a regulamentação não pode ser "ampla, geral e irrestrita", atingindo integralmente as atividades-fins das empresas. Ele quer restringir o alcance da proposta a um percentual de trabalhadores.

## **Greve dos caminhoneiros começa com bloqueios no Paraná**

23/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A greve dos caminhoneiros começou na madrugada desta quinta-feira (23) com três pontos com protestos em rodovias federais no Paraná. Segundo a Polícia Rodoviária Federal, os caminhoneiros bloquearam a BR 376 em Marialva, norte do estado, a partir da meia-noite. Somente carros de passeio estavam passando pelo local – os manifestantes mantêm bloqueios nos dois sentidos da via nesta manhã.

Também à meia-noite houve protesto na BR 277, na altura da cidade de Medianeira, oeste do Paraná. Ali, segundo a PRF, os manifestantes apenas desviaram o tráfego de caminhões por um posto de combustível ao lado da rodovia.

Depois de negociações, a estrada foi liberada às 7 horas. Às 8 horas, os manifestantes ameaçavam retornar com o bloqueio. Em Irati, também na BR 277, houve bloqueio da meia-noite até a 1 hora.

De acordo com a PRF, as liminares obtidas na última greve para impedir o bloqueio das rodovias continuam valendo, exceto para a região de Guarapuava. Até o momento, no entanto, a polícia não tem registro de autuações feitas com base nas decisões judiciais.

A Polícia Rodoviária Estadual não registrou pontos com bloqueios em rodovias estaduais até o início da manhã desta quinta-feira.

### **Produção de aço bruto no Brasil cai 7,4% em março**

23/04/2015 - Fonte: Valor Econômico

A produção brasileira de aço bruto em março foi de 2,8 milhões de toneladas, queda de 7,4% quando comparada ao mesmo mês em 2014, mostrou o Instituto Aço Brasil. Em relação aos laminados, a produção de março, de 2,3 milhões de toneladas, apresentou crescimento de 0,1%.

Com esses resultados, a produção acumulada nos três primeiros meses de 2015 totalizou 8,4 milhões de toneladas de aço bruto e 6,6 milhões de toneladas de laminados, aumentos de 0,7% e 4,4%, respectivamente.

Quanto às vendas internas, o resultado de março de 2015 foi de 1,9 milhão de toneladas de produtos, alta de 1,3% em relação a março de 2014. No acumulado dos três meses, as vendas somaram 5,2 milhões de toneladas, com queda de 5,3%, como antecipou o Valor.

Apesar das condições adversas do mercado internacional, as exportações de produtos siderúrgicos em março atingiram 1 milhão de toneladas, no valor de US\$ 673 milhões, devido principalmente às remessas de semiacabados.

Com esse resultado, as exportações até março totalizaram 2,8 milhões de toneladas e US\$ 1,8 bilhão, representando um crescimento de 39,5% em volume e um aumento de 21,6% em valor.

As importações foram de 299 mil toneladas (US\$ 306 milhões) totalizando, desse modo, 995 mil de toneladas de produtos siderúrgicos importados no ano, alta de 13,5%. O grande volume de importações de produtos siderúrgicos é de laminados.

O consumo aparente nacional de produtos siderúrgicos em março foi de 2,2 milhões de toneladas, totalizando 6,1 milhões de toneladas no primeiro trimestre de 2015. Esses valores representaram alta de 0,5% e queda de 2,7%, respectivamente, em relação aos mesmos períodos do ano passado.

### **Produção mundial de aço bruto cai 2,7% em março, aponta Worldsteel**

23/04/2015 - Fonte: Valor Econômico

A produção mundial de aço bruto, considerando-se os 65 países que informam seus dados à Worldsteel, caiu 2,7% em março, na comparação anual, para 138 milhões de toneladas.

Segundo a entidade, que reúne informações das 170 principais fabricantes do insumo do mundo, no acumulado nos três primeiros meses do ano, houve recuo de 1,8% na produção, para 400,034 milhões de toneladas.

A China, maior produtora de aço do mundo, registrou queda de 1,2% na produção de março, perante um ano antes, para 69,5 milhões de toneladas. O Japão, por sua vez, produziu 9,3 milhões de toneladas no mês, baixa de 4,5%.

Na União Europeia, houve queda de 0,9%, para 15,314 milhões de toneladas. A Alemanha, maior produtora do bloco, reportou diminuição de 4,4%, para 3,872 milhões de toneladas.

Nos Estados Unidos, houve baixa de 12,7% na produção, para 6,551 milhões de toneladas. O Brasil, outro grande produtor, registrou queda de 7,4%, para 2,7 milhões de toneladas.

A taxa de capacidade utilizada nos 65 países caiu 4 pontos percentuais em relação a março do ano passado, para 71,6%. Em relação a fevereiro, o recuo foi de 1,8 ponto percentual.

## **CVM, Nippon e Ternium divergem em oferta de aquisição na Usiminas**

23/04/2015 - Fonte: Valor Econômico

A contabilização das alterações que a entrada e a saída da Vale do bloco de controle da Usiminas provocaram no free float (quantidade de ações da empresa em circulação no mercado) da siderúrgica é o ponto central da discussão sobre se a Ternium deverá ou não fazer uma oferta pública de aquisição de ações (OPA) para os papéis ordinários da siderúrgica.

O debate acontece porque, no ano passado, a Ternium comprou as ações que a Previ detinha na Usiminas. A área técnica da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pediu a OPA, mas a Ternium vai recorrer da decisão ao colegiado da autarquia.

Nas contas da Nippon Steel & Sumitomo, que fez uma queixa à CVM pedindo que a autarquia pedisse à Ternium a OPA, as compras efetuadas pela Ternium teriam ultrapassado o limite em 43,170 milhões de ações.

Já nos cálculos da Ternium, o limite não foi atingido, uma vez que ela poderia comprar até 62,091 milhões de ações e ela adquiriu, da Previ, 51,390 milhões de papéis.

Nas contas da área técnica da CVM, por sua vez, o limite que dispararia a OPA era de 46,150 milhões de ações e a Ternium excedeu o limite, portanto, em 5,239 milhões. A área técnica afirma que os controladores podem pedir à CVM autorização para, em vez da OPA, vender a participação em excesso no mercado. Se não reverter a decisão, essa deverá ser a opção da Ternium.

As OPAs são reguladas pela Instrução CVM 361, que fixou como data base para avaliação de limites para compra de ações em circulação pelos controladores a data de 5 de setembro de 2000. O limite de aquisição é de um terço do total em circulação.

O objetivo é evitar que os controladores retirem ações do mercado e reduzam a liquidez dos papéis, impedindo os chamados "fechamentos brancos" de capital.

Para verificar a incidência ou não da OPA, a autarquia criou uma fórmula que vai ajustar e atualizar o free float base da companhia em 2000 às movimentações ocorridas nos últimos anos, como emissões de ações, aumentos de capital, bonificações e desdobramentos.

É na hora de lançar as movimentações da Vale na fórmula que as divergências aparecem e em grande parte, porque a mineradora já era acionista da Usiminas quando entrou no controle.

De acordo a área técnica da CVM, em 2006 a Vale tinha 25,810 milhões de ações da Usiminas, computadas como free float. Em 6 de novembro daquele ano, a companhia entrou no acordo de acionistas e vinculou a ele apenas parte de suas ações, 6,608 milhões.

Esses papéis, segundo a autarquia, devem ser computados como tendo sido retirados de circulação. Além dessas ações que foram vinculadas, a Vale vendeu outras 5,362 milhões de ações para outros integrantes do bloco, imediatamente após a assinatura do acordo.

Em seu parecer, a CVM destaca que, a despeito de as 5,362 milhões de ações vendidas pela Vale para outros controladores não serem mais consideradas como free float, a aquisição de tais ações deve ser contabilizada como aquisição de ações em circulação por parte do controlador.

Esse entendimento, explica a CVM, se deve ao fato de que tanto a vinculação das ações ao acordo quanto a venda para os controladores terem se dado em "ato vinculado", ou seja, previsto para a adesão da Vale ao acordo.

A Vale manteve, ainda, uma posição de 13,839 milhões de ações da Usiminas desvinculadas do acordo de acionistas que, no entendimento da CVM, devem ser entendidas como tendo sido retiradas de circulação, uma vez que passaram a estar em poder de acionistas vinculados ao controle.

Em maio de 2007, via oferta pública, a Vale se desfez de 13 milhões de ações desvinculadas ao acordo no mercado. E a CVM explica que passa a considerar esses papéis, então, como adicionados ao free float.

Em abril de 2009, a Vale vendeu todas as ações que tinha da Usiminas vinculadas ao acordo novamente a integrantes do bloco de controle.

Como a venda foi feita para outros controladores, a CVM entende que essa operação não alterou o free float. Tais ações, diz, já haviam sido retiradas de circulação quando a Vale entrou no acordo. Aplicando essas interpretações à fórmula, a CVM conclui pela OPA.

A conta da Nippon difere na contabilização das ações vendidas pela Vale aos controladores da Usiminas, nas operações de 6 de novembro de 2006 e de 2009.

Para a Nippon, essas ações devem ser compreendidas como em circulação posteriormente adquiridas pelos controladores, independentemente de serem ou não consideradas formalmente como free float no momento da aquisição.

A CVM, porém, considera como ações em circulação apenas aquelas vendidas pela Vale aos controladores imediatamente após a adesão da mesma ao acordo de acionistas de novembro de 2006, "uma vez que a adesão ao referido acordo e a alienação de ações ocorreram por ato imediato e vinculado".

Já com relação à venda realizada em 2009, a CVM entende que não deve ser considerada como compra de ações em circulação, uma vez que já não compunham o free float.

Para a Ternium nem as ações detidas por Vale quando aderiu ao acordo em 2006 nem as que foram vendidas imediatamente aos controladores devem ser vistas como aquisição de float da parte de controladores.

Segundo a companhia, quando vendeu parte de ações aos controladores da Usiminas, a Vale já tinha aderido ao acordo de acionistas. A CVM entende, todavia, que os dois movimentos foram vinculados.

## **Demanda por aço no Brasil deve cair 7,8% em 2015, segundo Worldsteel**

23/04/2015 - Fonte: Valor Econômico

Após recuar 6,8% em 2014, a demanda por aço no Brasil deve continuar em forte queda neste ano, para se recuperar no ano que vem, de acordo com um relatório de expectativas publicado nesta manhã pela Worldsteel, que reúne as 170 principais fabricantes do insumo no mundo.

Segundo as projeções da entidade, a demanda por aço no Brasil deve cair 7,8% em 2015, para 22,7 milhões de toneladas. Em 2016, a expectativa é de recuperação, com alta de 3,1%, para 23,4 milhões de toneladas.

A China, maior consumidor de aço do mundo, deve apresentar nova queda na demanda no ano, de 0,5%, para 707,2 milhões de toneladas. Em 2016, é projetado mais um recuo, de 0,5%, para 703,7 milhões de toneladas.

A expectativa da Worldsteel é que a demanda mundial por aço tenha crescimento de 0,5% em 2015, para 1,544 bilhão de toneladas. Em 2016, é esperada alta de 1,4%, para 1,565 bilhão de toneladas.

Entre os maiores consumidores de aço, o maior crescimento percentual deve ser registrado na Índia, onde é esperado aumento de 6,2% neste ano e 7,3% no próximo.

Nas economias avançadas, é esperada alta de 0,2% em 2015 e 1,8% em 2016. Nas economias emergentes e em desenvolvimento, deve haver crescimento de 0,6% e 1,2% neste ano e no próximo, projeta a entidade.

## **Executivo da Vale diz que projeções para preço de minério são adivinhação**

23/04/2015 - Fonte: InfoMoney

O mercado global de minério de ferro está em um momento de transição e em busca de um ponto de equilíbrio, o que torna difícil fazer projeções, avalia o diretor-executivo de finanças da Vale, Luciano Siani.

"Agora tudo é adivinhação. O fato de as pessoas estarem revendo projeções a cada dia que passa é sinal de que ninguém sabe nada, na minha opinião", afirmou ao ser questionado sobre a redução das estimativas da Moodys para o preço da commodity, divulgada ontem.

O executivo reafirmou que a Vale está revendo sua visão a partir da nova realidade do setor, sem dar números. "A Vale está se preparando para ser competitiva em qualquer cenário do minério de ferro", disse.

Mais cedo, durante a apresentação dos resultados da empresa em 2014 na assembleia de acionistas, Siani reconheceu que o setor passa pelo fim de um ciclo de alta vivido entre 2002 e 2013 e que vive um momento de demanda estagnada.

Sobre a rápida deterioração dos preços do minério de ferro, que já batem a mínima histórica, ele destacou que há seis meses o cenário da Vale e de muitos analistas não contava com a forte queda do preço do barril de petróleo e a depreciação das moedas de países produtores de minério em relação ao dólar.

Ao reduzirem os custos de produção da commodity, ambos os fatores pressionam para baixo o preço do minério de ferro, uma vez que aumenta a chance de sobrevida de



produtores menos competitivos no mercado. "Ninguém anteviu a queda do preço do petróleo nessa velocidade e a depreciação das moedas. Isso tem um impacto direto no preço do minério de ferro", ponderou.

Tradicionalmente, a produção e o crescimento da China têm acelerado ao longo do ano, com maior aquecimento no segundo semestre. O mercado aguarda o que ocorrerá em 2015. "Acho que existe muita incerteza. Neste momento há mais nervosismo porque as pessoas querem ver se esse comportamento vai se repetir ou não", comentou.

### **Vale desafia preços e eleva produção de minério em quase 5% no 1º tri**

23/04/2015 - Fonte: Reuters

Um aumento na produção no complexo de Carajás, no Pará, ajudou a Vale a registrar entre janeiro e março sua maior produção de minério de ferro para um primeiro trimestre, apesar dos fracos preços da commodity.

A mineradora produziu 74,5 milhões de toneladas de minério de ferro nos primeiros três meses deste ano, alta de 4,9 por cento ante o mesmo período do ano passado, segundo relatório divulgado nesta quarta-feira.

Na comparação com o quarto trimestre de 2014, a produção de minério de ferro da Vale caiu 10,2 por cento, devido a "efeitos climáticos".

"A produção ficou 7,3 milhões de toneladas abaixo do quarto trimestre de 2014 devido às piores condições climáticas em razão da sazonalidade", disse a companhia.

Em geral, os meses chuvosos do verão atrapalham a operação das minas, que são a céu aberto.

A produção em Carajás, no Sistema Norte da mineradora, de 27,5 milhões de toneladas, foi também a melhor performance histórica para um primeiro trimestre, ficando 4,2 milhões de toneladas acima dos três primeiros meses do ano passado.

A Vale informou que em dezembro de 2014 deu início à operação da mina de N4WS, no Sistema Norte, extraíndo e processando a primeira camada de minério com 64,7 por cento de teor de ferro e fósforo acima dos níveis normais.

A companhia disse esperar extrair minério de alto teor de ferro com menores níveis de contaminantes nessa mina no segundo semestre deste ano.

Por outro lado, a produção do Sistema Sul, onde a Vale produz mais de um quarto de seu minério, caiu 3,9 por cento na comparação anual, "devido às chuvas que atingiram a mina de Vargem Grande e à interrupção da planta de Jangada".

O aumento da produção de minério pela Vale e por suas principais concorrentes, como as australianas BHP Billiton e Rio Tinto, é apontado como uma das principais causas do excedente global de oferta que derrubou os preços do produto nos últimos meses.

O minério de ferro está sendo negociado atualmente por cerca de 50 dólares por tonelada no mercado à vista chinês, depois de começar 2014 a mais de 130 dólares.

As ações da Vale tinham forte alta nesta quarta-feira, com os papéis ordinários sendo negociados com alta de mais de 8 por cento às 13h51. O Índice Bovespa avançava mais de 1 por cento

Profissionais da área de renda variável atribuíam a forte alta das ações ao aumento dos preços do minério de ferro nesta quarta-feira e na terça.

O volume total informado pela Vale exclui o minério adquirido de terceiros e a produção atribuível à mineradora Samarco, da qual a Vale é uma das sócias.

## **OUTROS PRODUTOS**

Excluindo a produção atribuível à Samarco de 3,5 milhões toneladas, a produção de pelotas da Vale atingiu 11,39 milhões de toneladas no primeiro trimestre, queda de 2,2 por cento em relação ao quarto trimestre de 2014 e alta de 14,7 por cento ante o primeiro trimestre de 2014, devido ao ramp-up da usina de pelotização de Tubarão VIII.

A produção de níquel da Vale também apresentou recorde para um primeiro trimestre, de 69,2 mil toneladas, alta de 2,5 por cento ante o mesmo período do ano passado e queda de 6 por cento em relação aos últimos três meses de 2014.

"Os destaques da produção de níquel foram: o recorde da produção de óxido de níquel, a produção total da Vale Nova Caledônia (VNC), o recorde de produção com um único forno em Onça Puma e a evolução positiva do ramp-up de Long Harbour", disse a mineradora, em seu relatório de produção.

Já a produção de carvão no primeiro trimestre foi de 1,7 milhão de toneladas, 5,1 por cento menor que o primeiro trimestre de 2014.

## **CUSTOS DE ENERGIA**

A Vale informou ainda que a produção de ferroligas nas plantas de Minas Gerais foi encerrada no primeiro trimestre, porque a operação tornou-se economicamente inviável após o término dos contratos de energia existentes e aumento dos custos de energia.

"Como consequência, a produção de minério de manganês de Morro da Mina foi afetada", disse a empresa. A produção de ferroligas caiu 40,6 por cento na comparação ante o primeiro trimestre de 2014, para 27 mil toneladas.

## **Peugeot e IBM ampliam parceria em carro conectado**

23/04/2015 - Fonte: Reuters

A PSA Peugeot Citroën, segunda maior montadora europeia, e a fornecedora de serviços de computação IBM disseram nesta quarta-feira ter fechado acordo para uma parceria para serviços de carros conectados que vai além das atuais ofertas de navegação e infoentretenimento.

Os termos financeiros do novo acordo de sete anos não foram divulgados. O acordo para desenvolver novos tipos de serviços de valor agregado para veículos amplia uma parceria inicial entre a fabricante de automóveis e a empresa de tecnologia de um ano atrás.

As companhias disseram em comunicado conjunto que planejam desenvolver serviços nos veículos, para motoristas e passageiros, assim como programas que, por exemplo, podem realizar manutenção preventiva nos automóveis e funções de gestão de tráfego.

## As dimensões do ajuste econômico, segundo a CNI

23/04/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

Queda de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB), de 3,4% do PIB industrial, de 0,6% do consumo das famílias, de 6,2% da Formação Bruta de Capital Fixo e desemprego de 6,7% são as previsões da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para 2015, contidas no Informe Conjuntural do primeiro trimestre.

Mas os economistas da entidade afirmam que não há alternativa ao ajuste fiscal, preveem que o superávit primário das contas públicas seja muito semelhante ao anunciado pelo Ministério da Fazenda (1,13% do PIB, contra a projeção oficial de 1,2% do PIB) e que a grande ausência é medida que favoreça a competitividade do País.

As previsões da CNI se assemelham às oficiais e às divulgadas nos últimos relatórios do Fundo Monetário Internacional (FMI), com a inflação superior a 8% neste ano e um novo crescimento do endividamento público.

Mas a projeção de recuo do déficit na conta corrente do balanço de pagamentos - de US\$ 91,3 bilhões, em 2014, para US\$ 70 bilhões, neste ano - é melhor que a do Banco Central (US\$ 80,5 bilhões) e do mercado (US\$ 83,7 bilhões).

E se explica pela redução do déficit de serviços e rendas, e algum superávit comercial. O ajuste previsto pela CNI é enorme: as indústrias usam cada vez menos a capacidade instalada e ainda assim estão crescendo os estoques indesejados, enquanto a receita e o emprego industrial declinam.

Também é difícil a situação da indústria da construção civil e dos serviços industriais de utilidade pública, como a produção e a distribuição de eletricidade e a captação, tratamento e distribuição da água.

Este será mais um ano de contração dessas atividades. Um dos únicos setores que ainda deverão crescer é a indústria extrativa. A agropecuária também crescerá (0,5%).

A redução da confiança dos empresários industriais empurra para baixo as intenções de investimento. A taxa de investimento deverá cair de 19,7% do PIB em 2014 para 18,7% do PIB neste ano.

O declínio dos investimentos tem como agravante as "investigações de corrupção que afetam a Petrobrás e outras grandes empresas", mas também o "enfraquecimento da coalizção governamental no Congresso Nacional", dificultando a aprovação de medidas estruturantes.

Mais importante no informe da CNI é a previsão de melhora dos indicadores fiscais, por corte de despesas, e cambiais, o que poderá abrir caminho para alguma recuperação em 2016.

## **Economistas apontam queda de até 3,5% no PIB no primeiro trimestre**

23/04/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

As previsões econômicas para o primeiro trimestre indicam que o desempenho da economia brasileira foi muito pior do que o esperado. A rápida deterioração dos indicadores econômicos pode ter levado o Produto Interno Bruto (PIB) - soma de todas as riquezas produzidas no País - a ter a maior queda trimestral em duas décadas.

Nas projeções de bancos e consultorias, a economia deve ter uma retração de 1,2% a 3,5% entre janeiro e março na comparação com o mesmo período de 2014. Se o resultado mais pessimista for confirmado, será a mais brusca queda trimestral do PIB em bases anuais desde o primeiro trimestre de 1992.

Naquela época, com o País envolvido nas denúncias de corrupção que tirariam do poder o presidente Fernando Collor de Mello, a economia brasileira encolheu 3,2% (ver quadro).

Na sexta-feira, 17, o diretor do Departamento de Hemisfério Ocidental do Fundo Monetário Internacional (FMI), Alejandro Werner, disse, em Washington, que o Brasil está passando pela mais séria desaceleração da economia desde o começo dos anos 90.

“Embora faltem alguns dados econômicos de março, todos os indicadores mostram um comportamento bastante negativo no primeiro trimestre”, afirma Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria Integrada. Ela estima uma retração de 3,5% no primeiro trimestre ante o mesmo período de 2014.

Há uma combinação perversa que tem levado a essa retração: a economia brasileira enfrenta um duro ajuste fiscal, a inflação está elevada - em abril, o IPCA-15 chegou a 8,22% em 12 meses, nível mais alto desde janeiro de 2004 -, o mercado de trabalho começou a dar sinais de piora, o investimento se tornou anêmico e o desempenho da indústria e dos serviços piorou.

O que já era ruim foi agravado pelos desdobramentos da Operação Lava Jato, que investiga contratos da Petrobrás e levou grandes construtoras à recuperação judicial, agravando o cenário do emprego.

“Os problemas da Petrobrás e de toda a cadeia da construção pesada dão um quadro dramático para a economia brasileira no primeiro trimestre”, diz Júlio Gomes de Almeida, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Na avaliação dele, a economia pode ter recuado mais de 3% no primeiro trimestre. “Espera-se que o ajuste beneficie as expectativas lá na frente, mas ele deixa o crescimento ainda mais deprimido à medida que reduz o poder de compra da população com o aumento de impostos e promove o corte de gastos.”

Serviços. O tamanho da piora econômica pode ser mensurado pelo setor de serviços. Em fevereiro, a receita nominal do setor cresceu apenas 0,8% na comparação com o mesmo mês de 2014, segundo o IBGE. Foi o menor avanço registrado desde o início da série histórica, em janeiro de 2012.

“O encolhimento do setor de serviços é a grande novidade”, diz o diretor de Pesquisas da GO Associados, Fabio Silveira. Para o primeiro trimestre deste ano, ele projeta retração de 2,5% no PIB em relação a igual período de 2014.

O setor de serviços costumava ter uma inércia que atenuava a retração da atividade, mas

agora não é possível contar com esse motor para retomar o crescimento da economia brasileira.

“Além da desaceleração da indústria, estamos vendo na parte de serviços uma piora que não era comum no passado recente. O desempenho mais negativo ocorre tanto na parte de comércio como na de serviços ligados à indústria, transporte, e prestados à família”, diz Rodrigo Miyamoto, economista do Itaú.

O banco projeta uma retração de 1,9% entre janeiro e março na comparação com o primeiro trimestre de 2014.

Na avaliação do diretor de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco, Octavio de Barros, o primeiro trimestre foi marcado por uma queda acentuada do consumo das famílias e uma forte retração dos investimentos, afetados pela construção civil e pela produção de bens de capital.

Do lado da oferta, o PIB industrial deve mostrar estabilidade em relação ao trimestre anterior, enquanto o de setor de serviços deve seguir o comportamento do consumo das famílias, com queda de 1%.

“Os dados recentes de atividade apontam para uma desaceleração profunda da economia brasileira nesse primeiro semestre”, diz Barros. Ele projeta queda do PIB de 2,1% no primeiro trimestre em relação a igual período de 2014.

Futuro. A piora apurada no setor de serviços ampliou a expectativa de retração da economia e turvou o cenário para os próximos meses, segundo Thiago Biscuola, economista da RC Consultores - a consultoria prevê uma queda de 1,2% do PIB no primeiro trimestre. “O cenário deve piorar”, afirma.

Barros acredita que a retração do primeiro trimestre deverá ser seguida por outra mais intensa no segundo trimestre, que, na projeção dele, deve marcar o pior momento do desempenho do PIB no ano.

A avaliação de piora no quadro econômico no segundo trimestre é compartilhada por Silveira, da GO. “Será um primeiro semestre doloroso.”

## **Economia só deve iniciar uma reação no 2º semestre de 2016**

23/04/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

A economia brasileira deve voltar a crescer, levando-se em conta o período acumulado de 12 meses, somente no segundo semestre de 2016. Na semana passada, projeções dos economistas do Fundo Monetário Internacional indicavam queda 1% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano e crescimento de 1% em 2016.

“A barrigada será longa, só estamos no começo da freada”, afirma o economista da RC Consultores, Thiago Biscuola. Ele lembra que o varejo, sustentado pelo avanço do consumo das famílias que foi o motor do crescimento nos últimos tempos, deve registrar neste ano a primeira queda desde 2003. Além disso, o mercado de trabalho deve continuar cada vez mais fraco, com avanço das demissões.

“A atividade deve começar a se recuperar no segundo semestre de 2016. Os desafios que temos pela frente são imensos”, afirma o diretor de Pesquisas da GO Associados, Fabio Silveira. Ele observa que o resgate da credibilidade no mercado internacional já começou a ser sinalizado pelo controle dos gastos públicos, que está encaminhado.

“Hoje as expectativas são mais favoráveis do que as de um mês atrás”, diz o economista, ressaltando que o desempenho da Bolsa espelha essa reação. Em 2015, o Ibovespa – principal termômetro do mercado acionário – subiu 7,89%.

Mas é consenso entre os economistas que o caminho será longo até que a atividade volte para o terreno positivo. A inflação em alta tira a força do consumo no mercado doméstico, que responde por 60% do PIB, e retarda a retomada do crescimento.

Em 12 meses até abril, a inflação medida pelo IPCA -15, que é um indicador antecedente do índice cheio, acumula alta de 8,22%, o maior nível desde janeiro de 2004.

Silveira calcula, por exemplo, que o crédito destinado a pessoas físicas, um dos combustíveis do consumo, deve ter neste ano queda de 3%, descontada a inflação. Além disso, outro pilar do consumo, que é a massa salarial, deve avançar muito pouco, próximo de zero. “Os dissídios salariais estão cada vez menores”, lembra o economista.

Crise longa. Na avaliação de Biscuola, da RC Consultores, a crise atual será mais longa do que a de 2008/2009 porque envolve questões estruturais internas da economia brasileira. “Na crise de 2008/2009, o que houve foi uma restrição no crédito no mercado internacional e o País teve capacidade de lidar com esse obstáculo e reagir rapidamente”, explica.

Atualmente, no entanto, as restrições são mais severas e resultam de políticas macroeconômicas equivocadas, diz o economista. De um lado foi aplicada uma política monetária mais restritiva e, de outro, houve um afrouxamento na política fiscal.

O ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda Julio Gomes de Almeida acredita que a piora da economia brasileira “só está começando”. Uma mudança de perspectiva, afirma ele, só ocorreria se fosse encontrada uma solução que melhorasse o investimento da Petrobrás e a situação de toda a cadeia da construção pesada.

Na visão dele, contudo, é difícil vislumbrar uma melhora “porque, por ora, não há porta de saída à vista.”. “O grande problema da atualidade é que, para onde você olha na economia tudo está amarrado. Qual é a porta de saída? Não tem, por ora. Qualquer antecipação é uma profissão de fé”, diz o ex-secretário de Política Econômica.

## **Indústria perde fatia na exportação**

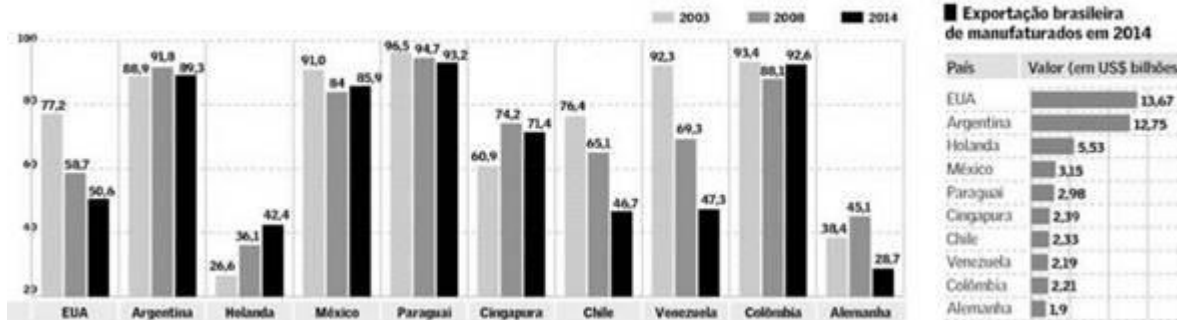
23/04/2015 - Fonte: Valor Econômico

A desvalorização do real frente ao dólar faz a exportação voltar aos planos centrais das indústrias, mas a recuperação dos embarques tem um longo caminho a percorrer. Em sete dos dez destinos mais importantes de produtos industrializados - Estados Unidos, Argentina, Holanda, México, Paraguai, Cingapura, Chile, Venezuela, Colômbia e Alemanha -, a fatia de exportação de manufaturados dentre os embarques brasileiros totais de 2014 foi menor que a de 2008, ano anterior à crise financeira, que derrubou a demanda internacional.

Também em sete entre os dez países a fatia foi menor que a de 2003, quando iniciou-se a chamada época de ouro, com expansão das commodities e os básicos representavam apenas 28,9% dos embarques totais, bem menos que os 48,7% de 2014. O estudo, da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), mostra que houve um domínio maior dos produtos básicos na pauta de exportação brasileira.

## Desafio para a indústria

Fatua dos manufaturados na exportação brasileira para destinos selecionados - em %



Fonte: Dados do Mide, com elaboração da AEB

E isso não aconteceu apenas por conta de destinos como China, grande consumidor do minério de ferro e da soja brasileiros. O avanço dos produtos básicos aconteceu também em destinos mais tradicionais para o Brasil no embarque de produtos industrializados. O estudo avaliou 40 países de destinos das exportações brasileiras, entre os 50 maiores.

Um bom exemplo do avanço dos básicos e recuo dos manufaturados, diz José Augusto de Castro, presidente da AEB, são os Estados Unidos. Em 2014, aponta o levantamento, os EUA retomaram a posição perdida para os argentinos em 2008, de maior destino de manufaturados brasileiros. A participação dos industrializados nos embarques do Brasil, porém, caiu significativamente.

Em 2003, os manufaturados representavam 77,2% do que o Brasil exportava para os americanos. Em 2008, um pouco antes dos efeitos da crise na economia real, a fatia já havia caído para 58,7%.

No ano passado, houve novo recuo, para 50,6%. Ao mesmo tempo, a venda de produtos básicos aos americanos subiu de 8,6% dos embarques em 2003 para 23,6% no ano passado.

O embarque para os EUA é considerado emblemático principalmente neste momento, diz Castro, quando a desvalorização do real frente ao dólar e a expectativa de uma demanda doméstica fraca fazem as empresas se voltarem para a exportação.

"O mercado para o qual os brasileiros estão olhando são os EUA. Lá estão as grandes expectativas. O problema é que o mundo inteiro está olhando agora para lá", diz o executivo da AEB.

O avanço dos básicos em detrimento dos manufaturados na exportação aos americanos, diz Castro, não aconteceu somente em função de preços das commodities, que tiveram o auge em 2011. "Houve perda de mercado do industrializado brasileiro em relação a outros fornecedores internacionais."

Castro calcula o esforço para voltar aos índices de 2000, quando os EUA representavam 24% das exportações totais brasileiras e os manufaturados alcançavam 72% do que o Brasil exportava aos americanos.

Retornar a essas proporções, contabiliza Castro, equivaleria a elevar as exportações totais aos americanos em US\$ 25 bilhões e as de bens manufaturados em US\$ 23 bilhões. Com taxas de crescimento sustentadas, embora ainda relativamente baixas, diz Castro, os EUA constituem mercado com elevado potencial para expansão de industrializados.

"Mas é preciso que tenhamos condições de competitividade, não só de preço, como também de financiamentos", diz Castro. Um mercado americano em potencial, destaca, é o de máquinas e equipamentos. "Para esse tipo de bem, o financiamento é essencial."

O desempenho das trocas de manufaturados com os parceiros comerciais da América Latina também mostra que o industrializado brasileiro perdeu fôlego nos embarques. Na venda aos chilenos, a parcela de manufaturados caiu de 76,4% em 2003 pra 65,1% em 2008 e para 46,7% em 2014.

Na Venezuela a queda também foi acentuada. A fatia de manufaturados na exportação total brasileira recuou de 92,3% em 2003 para 69,3% em 2008 e para 47,3% no ano passado.

Para Argentina e México, a parcela de industrializados oscilou, mas manteve-se alta. Em 2003, 88,9% do que o Brasil vendia aos argentinos era de manufaturados, parcela que subiu para 91,8% em 2008 e caiu para 89,3% no ano passado.

Para o México, os manufaturados representaram, nos mesmos períodos, respectivamente, 91%, 84% e 85,9%. Um dos aspectos preocupantes nos embarques para os dois países é que o valor exportado diminuiu no período pós-crise.

O valor de manufaturados brasileiros embarcados para a Argentina em 2008 foi de US\$ 16,16 bilhões. Em 2014, encolheu para US\$ 12,75 bilhões. Para os mexicanos, na mesma comparação, o valor de manufaturados recuou de US\$ 3,59 bilhões para US\$ 3,15 bilhões.

Esse desempenho no comércio regional, diz Castro, acende uma luz amarela. Os países mais próximos do Brasil, destaca, são tradicionais compradores de manufaturados brasileiros.

Os países da América do Sul, aponta o estudo, ocupam cinco das dez posições na classificação dos destinos mais importantes em valor nominal exportado de manufaturados.

Os sul-americanos também ocupam as seis primeiras posições quando a classificação é por fatia de manufaturados na exportação brasileira.

Nesse critério, os seis primeiros destinos são Bolívia, com 95,4%, Paraguai, com 93,2%, Colômbia, com 92,6%, Equador, com 92,2%, Peru, com 92% e Argentina, com 89,3%. O ranking leva em conta a exportação de 2014.

Esses dados, diz Castro, sinalizam que a maior competitividade dos manufaturados exportados pelo Brasil está concentrada e restrita aos mercados da América do Sul, ainda que seus países estejam longe de ser os maiores mercados mundiais de importação de industrializados.

Mas seu potencial, diz o executivo da AEB, não pode ser menosprezado. A dificuldade de exportar manufaturados para esses países, seja revelada pela redução de fatia de exportação de industrializados ou pelo recuo no valor exportado, deve ser analisada.

Uma estratégia deve ser traçada, afirma Castro, para que não se perca o potencial de crescimento do comércio para a região.

Para Castro, uma das prioridades é o estabelecimento de acordos comerciais mais amplos. Em relação a destinos como Chile, Colômbia e Venezuela, diz, a perda de



mercado do Brasil acontece porque esses países estão ampliando relações com outras regiões, seja por meio de acordos comerciais, ou por questão de financiamentos.

O Chile e a Colômbia, destaca Castro, fizeram acordos de livre comércio com outros países e tendem a reduzir ainda mais as importações de manufaturados "made in" Brasil por conta da criação do bloco da Aliança do Pacífico.

### **Terceirizados de estatais poderão se beneficiar de direitos previstos em projeto**

23/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A Câmara dos Deputados aprovou na noite desta quarta-feira (22) uma emenda apresentada pelo PSDB como parte do projeto de lei regulamentando a terceirização no país (PL 4.330/2004), que define que trabalhadores terceirizados da administração pública e de sociedades de economia mista sejam beneficiados com os direitos da nova legislação. Foram 257 votos a favor, 38 contrários e 33 abstenções.

O texto da emenda tucana, contudo, não definia que tipo de direitos seriam. A imprecisão recebeu críticas de partidos da base. "A interpretação do que serão os direitos pode ser duvidosa", disse o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

A indefinição gerou confusão no plenário, com o PCdoB e o PDT ameaçando abandonar o plenário se a emenda se mantivesse em votação. Esses partidos, juntamente com PROS e PSOL passaram, então, a obstruir a votação. O PT e o PSB orientaram pelo voto contrário à emenda.

A emenda da estava lastreada em outro texto sugerido pela líder do PCdoB, Jandira Feghali (RJ), que tentou retirar sua emenda para, com isso, eliminar a base de sustentação do texto tucano. Cunha decidiu, então, que ela não poderia retirar a própria emenda. Jandira protestou acusando Cunha de atropelar o regimento da Câmara.

#### **'Monstrengo'**

O deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) chamou a emenda de "monstrengo". Segundo ele, o PSDB criou uma divisão para que as empresas públicas não fossem submetidas à lei 4.330.

O PSDB já havia sugerido uma emenda há duas semanas, que foi aprovada, definindo a terceirização integral não valeria para órgãos públicos e estatais como a Petrobras, Caixa Econômica e Banco do Brasil.

Com isso, as empresas públicas não poderão terceirizar suas atividades-fim, apenas operações acessórias (atividades-meio).

O projeto cujo texto final foi aprovado nesta quarta prevê que, para todos os segmentos da atividade privada, a terceirização valerá tanto para atividades-fim quanto para atividades-meio.

O vice-líder do partido, deputado Antônio Imbassahy (PSDB-BA), defendeu a emenda. "No fundo garante a todos os trabalhadores, seja de empresas públicas ou privadas, os mesmos direitos trabalhistas", afirmou.

## **Empresa sueca confirma investimento de R\$ 80 milhões no Paraná**

23/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A empresa sueca Leax, que produz peças automotivas na Região Metropolitana de Curitiba, confirmou na semana passada que irá investir R\$ 80 milhões no Paraná.

O diretor executivo da empresa no Brasil, Bernardino de Sena, afirmou a companhia ainda está definindo se o aporte será destinado a uma nova unidade ou na expansão da planta em Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba.

“Entendemos que o mercado automotivo está passando por uma baixa, mas temos planejamento de longo prazo. E é pensando de cinco a oito anos a diante que as decisões são tomadas. O Brasil é um mercado com grandes desafios, mas também com uma potencialidade enorme”, afirma Sena.

Dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) apontam uma queda de 49% na produção brasileira de caminhões no primeiro trimestre em relação ao mesmo período de 2014. No segmento de máquinas agrícolas e rodoviárias, a queda foi de 22%.

### **Prazo**

O cronograma da empresa é que as obras comecem nos próximos meses e sejam finalizadas até o fim de 2016. “Nosso cronograma vai até 2018, quando pretendemos estar funcionando com força total”, diz o executivo.

Hoje a Leax possui 50 funcionários na unidade de Araucária, instalada na cidade em 2012 com investimento de R\$ 30 milhões. A empresa estima que com o novo aporte sejam gerados outros 80 empregos diretos.

## **Usiminas registra prejuízo de R\$ 235 milhões no primeiro trimestre**

23/04/2015 - Fonte: Reuters

A Usiminas reverteu o lucro de R\$ 222 milhões registrado no primeiro trimestre de 2014 e registrou prejuízo de R\$ 235 milhões de janeiro a março deste ano.

O Ebitda (Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado atingiu R\$ 380 milhões, um recuo de 42% na comparação com o mesmo período do ano passado. Na mesma base de comparação, a margem Ebitda ajustada passou de 21% para 14%.

No primeiro trimestre de 2015, a receita líquida apresentou queda de 14,7%, para R\$ 2,680 bilhões.

De janeiro a março deste ano, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 360,9 milhões, ante um valor também negativo de R\$ 18,057 milhões no primeiro trimestre de 2014.

**Em linha.** O prejuízo líquido da Usiminas atribuído aos acionistas, de R\$ 247,46 milhões referente ao primeiro trimestre do ano, veio em linha com a média da projeção de quatro instituições financeiras consultadas pelo Broadcast, serviço da *Agência Estado* (BTG Pactual, Credit Suisse, Itaú BBA e JPMorgan), que projetavam perdas de R\$ 245 milhões.

Já o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) no critério ajustado, de R\$ 380 milhões, veio 42,4% acima da média das estimativas, que era de R\$ 266,7 milhões.

A receita líquida do intervalo de janeiro a março, de R\$ 2,68 bilhões, também veio de acordo com a média das projeções das quatro casas (R\$ 2,659 bilhões).

O **Broadcast** considera que o resultado está em linha com as projeções quando a variação para cima ou para baixo é de até 5%.

**Vendas.** A venda de aço pela Usiminas no primeiro trimestre deste ano caiu 12,6% em relação ao observado no mesmo período do ano passado, para um volume de 1,256 milhão de toneladas. Em relação ao trimestre imediatamente anterior houve um aumento de 1%.

As vendas para o mercado interno somaram 1,1 milhão de toneladas no primeiro trimestre do ano, aumento de 10% em relação ao quarto trimestre, informou na manhã de hoje a companhia. Já os volumes de exportações de aço foram reduzidos em 37,8% em relação ao período imediatamente anterior, para 150,6 mil toneladas.

Com isso, o mix de vendas foi de 88% para o mercado interno e 12% para o externo. No último trimestre do ano passado a Usiminas havia destinado 17% de suas vendas de aço ao exterior.

A Usiminas informou, no documento que acompanha o seu demonstrativo financeiro, que a receita líquida da unidade de siderurgia somou R\$ 2,6 bilhões, aumento de 4% em relação ao quarto trimestre.

A siderúrgica mineira explica que esse aumento ocorreu devido à maior participação das vendas no mercado doméstico e também por conta do maior preço médio do aço no mercado local, 0,5% acima do observado no último trimestre de 2014.

Por outro lado, o *cash cost* (custo caixa) por tonelada de aço foi maior em 5% no trimestre por conta da desvalorização cambial de 12,8% no trimestre, o que, segundo a companhia, afeta 40% dos custos totais. Além disso, destacou, houve maior custo de energia.

As despesas com vendas foram de R\$ 30,2 milhões no primeiro trimestre, 32,3% inferiores às do quarto trimestre de 2014, "principalmente devido ao menor volume de exportação e às menores provisões para devedores duvidosos", destacou a Usiminas.

**Produção.** A produção de aço bruto pela Usiminas somou no primeiro trimestre deste ano 1,379 milhão de toneladas, queda de 16,5% sobre o mesmo período de 2014. Em relação ao trimestre imediatamente anterior houve uma queda de 1%.

Na Usina de Ipatinga foram produzidas 739 mil toneladas de aço, recuo de 20,9% em relação ao visto um ano antes e recuo de 10% ante os últimos três meses de 2014.

Já a Usina de Cubatão produziu 640 mil toneladas no primeiro trimestre deste ano, recuo de 10,8% em relação ao primeiro trimestre de 2014. Ante o quarto trimestre do ano passado houve, por outro lado, um aumento de 11%.

## **PMI da indústria da China do HSBC contrai para mínima de 1 ano em abril**

23/04/2015 - Fonte: Reuters

A atividade industrial da China contraiu ao ritmo mais rápido em um ano em abril, mostrou a pesquisa Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês), sugerindo que as condições econômicas ainda estão se deteriorando apesar do afrouxamento de política monetária cada vez mais agressivo pelo banco central.

O PMI preliminar do HSBC/Markit caiu para 49,2 em abril, abaixo da marca de 50 que separa crescimento de contração. Após uma rápida recuperação em fevereiro, o índice está agora de volta a território negativo há dois meses consecutivos.

Economistas consultados pela Reuters esperavam leitura de 49,6, igual ao dado final de março. A forte queda no emprego vista em março moderou um pouco e as encomendas para exportação subiram pela primeira vez em três meses, mas a maioria das notícias foi ruim.

As novas encomendas recuaram ainda mais para a mínima de um ano de 49,2, ante 49,8 em março, indicando demanda doméstica mais fraca. Por sua vez, quedas nos preços de insumos e de produção, que pareciam ter moderado em março, mostraram sinais de aceleração de novo, sinalizando intensificação das pressões deflacionárias.

O PMI fraco amplia um crescente número de sinais de que a economia da China está desacelerando mais rapidamente do que a maioria dos analistas esperava, e talvez também algumas autoridades.

A economia da China cresceu 7,4 por cento em 2014, expansão mais fraca em 24 anos. Economistas esperam que a expansão desacelere ainda mais em 2015, para 7 por cento, mesmo com as medidas adicionais de estímulo.

## **Atividade empresarial da zona do euro sofre com desaceleração de encomendas, mostra PMI**

23/04/2015 - Fonte: Reuters

O crescimento das empresas do setor privado da zona do euro foi mais fraco do que o previsto neste mês devido à desaceleração das novas encomendas na região, pressionadas em grande parte pela fraqueza da atividade na França, de acordo com a pesquisa Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) divulgada nesta quinta-feira.

Isso aconteceu apesar de uma grande queda do euro que poderia sustentar as exportações, bem como o lançamento em março do programa de compra de títulos soberanos do Banco Central Europeu (BCE).

"A taxa de expansão mais fraca é uma grande decepção, dadas das expectativas de que o 'quantitative easing' do BCE teria impulsionado a recuperação vista no início do ano", disse Chris Williamson, economista-chefe do Markit, que compila a pesquisa.

"Entretanto, é muito cedo para tirar conclusões firmes sobre se o crescimento está vacilando de novo e a efetividade da política."

O PMI Composto preliminar, com base em pesquisa junto a milhares de empresas e considerado um bom indicador do crescimento, caiu a 53,5, abaixo mesmo da expectativa mais fraca em pesquisa da Reuters.

O PMI sobre o setor de serviços ficou abaixo das expectativas ao cair para 53,7, e o recuo no PMI de indústria para 51,9 também ficou abaixo da mediana das projeções. Entretanto, ambos ficaram acima da marca de 50 que separa crescimento de contração.

Williamson disse que o PMI indica crescimento do PIB de 0,4 por cento no trimestre atual, em linha com o consenso em pesquisa da Reuters.

## **Novos Projetos de Lei – Departamento de Assuntos Legislativos**

23/04/2015 - Fonte: FIEP

Acessem o link:

[http://www.fiepr.org.br/assuntosLegislativos/uploadAddress/Novos\\_Projetos\\_de\\_Lei\\_09.2\\_015%5b61861%5d.pdf](http://www.fiepr.org.br/assuntosLegislativos/uploadAddress/Novos_Projetos_de_Lei_09.2_015%5b61861%5d.pdf)

## **Deficit do Brasil com exterior sobe 14% com revisão feita pelo Banco Central**

23/04/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

O deficit do Brasil nas transações de bens, serviços e rendas com outros países ficou em US\$ 103,98 bilhões (R\$ 314,56 bilhões) em 2014, considerando a nova metodologia que passa a ser adotada pelo Banco Central a partir desta quarta-feira (22). Pela regra anterior, havia ficado em US\$ 90,95 bilhões (R\$ 275,62 bilhões) no ano passado.

Com a mudança na fórmula de cálculo e as revisões do PIB (Produto Interno Bruto), o resultado do ano passado passa de 4,17% para 4,43% do PIB (Produto Interno Bruto).

Os Investimentos Estrangeiros Diretos, que a partir de hoje passam a se chamar Investimentos Diretos no País, foram revisados de US\$ 62,49 bilhões (R\$ 189,37 bilhões, ou 2,87% do PIB) para US\$ 96,85 bilhões (R\$ 293,49 bilhões, ou 4,13% do PIB).

Pela nova metodologia, se uma subsidiária da Petrobras no exterior mandar dinheiro para a matriz no Brasil, esses recursos serão classificados como Investimento Direto no País. Antes, os empréstimos entre empresas do mesmo grupo econômico eram registrados na conta de IBD (Investimento Brasileiro Direto).

Outro fator que elevou o Investimento Direto no País é a contabilização dos lucros que são reinvestidos no Brasil. Esse dado chegou a ser apurado pelo Brasil até 1999, mas por problemas com as fontes de informações – agora resolvidos – deixou de ser contabilizado. Essa alteração também havia contribuído para piorar o dado das transações correntes. Com essas alterações, o BC revisou os dados a partir do início de 2014. Posteriormente, a revisão deve ser ampliada para outros períodos.

### **GASTOS NO EXTERIOR**

Com a alta do dólar, os gastos de turistas brasileiros no exterior estão em queda. Somaram US\$ 1,5 bilhão no mês passado, contra US\$ 1,8 bilhão em março de 2014. No trimestre, foram US\$ 5,2 bilhões, contra US\$ 5,8 bilhões no período correspondente do ano passado.

### **2015**

O BC também informou hoje que o deficit acumulado no primeiro trimestre de 2015 soma US\$ 25,39 bilhões (R\$ 76,89 bilhões) –ou 5,41% do PIB em dólar estimado pelo BC no

período-, enquanto os investimentos diretos estão em US\$ 13,14 bilhões (R\$ 39,79 bilhões) -ou 2,80% do PIB.

As despesas com viagens internacionais somaram US\$ 5,23 bilhões (R\$ 15,84 bilhões) no trimestre, abaixo dos US\$ 5,85 bilhões (R\$ 17,72 bilhões) do mesmo período do ano passado.

## **FLUXO CAMBIAL**

O fluxo cambial ficou positivo em US\$ 3,441 bilhões na semana passada, resultado de uma entrada líquida de US\$ 2,314 bilhões na conta financeira e de um superávit de US\$ 1,127 bilhão na conta comercial, segundo dados do Banco Central divulgados hoje.

No mês, até o dia 17, o fluxo cambial está positivo em US\$ 4,410 bilhões, resultado de um ingresso líquido de US\$ 3,421 bilhões na conta financeira e um superávit US\$ 989 milhões na conta comercial.

## **Terceirização para todas as atividades não foi derrota do governo, diz Temer**

23/04/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

O vice-presidente Michel Temer (PMDB), em visita à Espanha, afirmou nesta quinta-feira (23) que a terceirização para todas as atividades "não foi uma derrota do governo".

"O que o governo fez foi ingressar nessa matéria para garantir a tributação. Nessa parte, o governo foi vitorioso", afirmou Temer a repórteres após visitar a Casa do Brasil, em Madri.

Mais cedo, ele havia participado de um encontro de líderes promovido pela agência de notícias Efe, onde comentou o ajuste fiscal. "Como acontece com toda economia, você precisa reprogramá-la. Desoneramos setores da produção e estimulamos o consumo." Segundo o vice-presidente, "o Congresso já está sensibilizado ao ajuste fiscal" e "há disposição" para tal.

Em sua visita à Espanha, em repetidas ocasiões Temer insistiu na estabilidade institucional brasileira, convidando empresários locais para que invistam no país.

Na sede da agência Efe, porém, o público lhe perguntou sobre os protestos no Brasil e as discussões sobre o impeachment, além da situação da Petrobras.

"Dizer que ficou bem para a Petrobras e para os brasileiros, não ficou. Pegar bem, não pegou."

## **Italiana Azimut compra controle da Quest Investimentos**

23/04/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

A gestora italiana Azimut comprou 60% da Quest Investimentos, administradora de recursos fundada pelo ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros, por R\$ 70 milhões (€ 21,5 milhões). O negócio será anunciado nesta quinta (23) no Brasil e na Itália.

É a terceira aquisição da Azimut no Brasil. Em 2013, a gestora comprou a boutique de investimentos Legan e a Futurainvest. Com o negócio, a Azimut praticamente dobra de tamanho no país.

Na transação, Mendonça de Barros venderá sua participação de 35% e deixará de ser sócio da Quest. No entanto, ele seguirá na gestora como presidente do conselho consultivo. Também deixa a companhia o banco BTG Pactual, que tinha 15%. Os demais sócios da Quest venderam 10% de participação.

"A beleza desse negócio é que estamos nos associando a uma outra gestora independente. É diferente de outros negócios no Brasil, em que quem adquire é um grupo financeiro, uma seguradora ou um grande banco. Estamos fazendo um negócio como uma asset independente, que entende a natureza desse negócio, que sabe que está comprando uma equipe e sua capacidade de gestão", disse Walter Maciel, sócio da Quest.

Desde 2009, a Azimut elegeu o Brasil como um dos mercados prioritários para investir fora da Europa. Segundo Giuseppe Perucci, diretor da Azimut Brasil, o diagnóstico era que uma fatia importante dos investidores brasileiros não era bem atendido pelos grandes bancos, que dominam a gestão de recursos no país.

"Como ocorreu há mais de 20 anos na Europa, acreditamos que o investidor brasileiro também vai sair dos grandes bancos para investir em gestoras independentes, que oferecem produtos de maior qualidade e retorno", disse.

## **Terceirização da atividade-fim**

23/04/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Os parlamentares agiram de forma muito construtiva ao aprovar a terceirização para qualquer atividade. Logo após, porém, intensificou-se uma verdadeira batalha campal contra a permissão da terceirização para as atividades-fim.

Alguns dizem que isso levará as empresas a terceirizar todas as suas atividades, outros argumentam que essa permissão provocará desemprego, há ainda os que vêm pela frente uma deterioração salarial.

1) Nenhuma empresa tem vantagem em terceirizar tudo. Há funções que jamais serão terceirizadas. Por exemplo, os bancos não vão terceirizar os caixas das agências, tendo em vista a estreita relação que eles têm com os clientes e o acesso às suas contas bancárias. Nem uma siderúrgica vai terceirizar os que supervisionam os altos-fornos e os laminadores, porque sua operação exige grande familiaridade com os equipamentos e requer a confiança do empresário. Há muitos exemplos.

No caso de atividade-fim, as empresas contratarão tarefas específicas que são mais bem desempenhadas por terceiros. Por exemplo, uma firma de tecnologia de informação utilizará os serviços de TI de profissionais especializados nos subsistemas que compõem os trabalhos da contratante.

Uma siderúrgica contratará uma empresa que limpa altos-fornos, sem desligá-los. E assim por diante. Ademais, daqui para a frente a terceirização ficará mais cara, pelas despesas referentes às novas obrigações estabelecidas no PL 4330/2004. A contratante pensará duas vezes antes de terceirizar uma atividade-fim que hoje realiza com pessoal próprio a custo menor.

2) No que tange ao medo do desemprego, convém dizer que a terceirização provoca uma expansão do mercado de trabalho, e não o seu encolhimento. Quando uma construtora terceiriza os serviços de terraplenagem, concretagem e eletricidade de um prédio, por exemplo, ela reduz o custo de produção pelo fato de utilizar os profissionais dessas áreas nos momentos necessários.

Com isso, o produto final (apartamento) tem um preço acessível aos compradores, o que amplia o mercado de consumo de imóveis, gera novos investimentos e cria mais empregos. Se, em lugar de terceirizar, ela tivesse de comprar o equipamento caríssimo para a terraplenagem e ainda manter em seu quadro de pessoal, com ociosidade, os profissionais mencionados, o preço final do apartamento seria exorbitante e acessível a uma pequena elite, reduzindo o mercado imobiliário, os novos investimentos e a geração de empregos. Terceirização é propulsora do emprego, e não do desemprego.

3) No que tange à pressuposta deterioração da renda dos terceirizados, convém lembrar que por trás do salário está a velha lei da oferta e da procura. Quando a economia se aquece, o consumo aumenta, as empresas vendem mais, a necessidade de pessoal se amplia e os salários sobem. Quando a economia esfria, dá-se o inverso. Isso vale tanto para pessoal fixo como para trabalhadores terceirizados.

A empresa que tenta fugir dessa realidade cria problemas para si mesmo. Numa economia aquecida, uma remuneração abaixo da média leva as empresas a perder empregados para os concorrentes que pagam melhor.

É um mito, portanto, achar que a terceirização achatará os salários. Inúmeros estudos mostram que, no início, as empresas terceirizam atividades mais simples e com o tempo incorporam novas tecnologias, passando a terceirizar atividades mais complexas, que, por sua vez, exigem a requalificação dos seus empregados. Trabalhadores qualificados são mais disputados e para atraí-los ou retê-los as empresas têm de elevar o seu salário e oferecer benefícios atraentes.

Em suma, a terceirização nada tem que ver com as apreensões indicadas. Trata-se de um processo de divisão do trabalho que redundará em crescimento da economia e do emprego. No mundo inteiro ela se amplia e se torna mais complexa.

**\* José Pastore- Professor da FEA-USP, presidente do Conselho de Empregos e Relações do Trabalho da Fecomercio-SP e membro da Academia Paulista de Letras.**

## **Câmara conclui votação e permite que qualquer atividade seja terceirizada**

23/04/2015 - Fonte: G1



A Câmara dos Deputados concluiu nesta quarta-feira (22) a votação do projeto de lei que regulamenta contratos de terceirização. O texto principal foi aprovado no último dia 8, mas a análise de emendas (propostas de alteração do texto apresentadas pelos partidos) ficou para esta semana. O projeto agora segue para votação no Senado.



Apesar da intensa campanha do PT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o plenário manteve o ponto de maior polêmica da proposta – a permissão para terceirizar qualquer atividade.

Atualmente, uma súmula do Tribunal Superior do Trabalho (TST) prevê que as empresas só podem subcontratar serviços para o cumprimento das chamadas atividades-meio, mas não atividades-fim.

Ou seja, uma universidade particular pode terceirizar serviços de limpeza e segurança, mas não contratar professores terceirizados. Pelo projeto aprovado na Câmara, essa limitação não existirá mais. O PT tentou votar uma emenda que alterava o projeto para manter a restrição à terceirização de atividades-fim.

No entanto, o plenário aprovou antes uma outra emenda, de autoria do PMDB, que reforça a possibilidade de terceirização de qualquer função ao definir empresa contratada como "associações, sociedades, fundações e empresas individuais" que prestem serviços relacionados à "parcela de qualquer atividade da contratante".

Com a aprovação dessa emenda, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), entendeu que a proposta do PT sequer deveria ir à votação, já que tratava de tema já analisado pelo plenário.

O líder do PT, Sibá Machado (AC), afirmou que a questão da atividade-fim deveria ser votada nominalmente para deixar clara para os trabalhadores a posição de cada parlamentar sobre o tema. Para o petista, esse trecho do projeto vai ampliar os contratos terceirizados e "precarizar" as relações de trabalho.

"Não se trata de uma questão regimental ou não. Vamos considerar uma questão simbólica. Era o entendimento que eu tive em todas as negociações [com os líderes partidários], que essa matéria seria levada a votação, em votação nominal. Era a questão que tínhamos como sublimete do debate", disse o petista.

Eduardo Cunha, porém, manteve a decisão e argumentou que houve tempo para o debate sobre a ampliação dos contratos de terceirização. "Todos tiveram a oportunidade de fazer o debate político e vossa excelência, inclusive, fez o debate de com a posição de derrotar a emenda [do PMDB]", declarou.

### **Obrigações trabalhistas**

A emenda aprovada pelo plenário também prevê a responsabilidade "solidária" da empresa contratante quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias dos trabalhadores terceirizados.

Pela alteração validada pelos deputados, a empresa que contrata os serviços da terceirizada também poderá ser responsabilizada na Justiça pelo pagamento integral das dívidas deixadas pela contratada.

O texto original previa que a responsabilidade da empresa contratante era "subsidiária", isto é, a contratante só seria obrigada a complementar o que a contratada, que causou o dano ou débito não foi capaz de arcar sozinha. A responsabilidade solidária só seria aplicada quando essa supervisão não fosse comprovada.

A emenda mantém, porém, a obrigação de a contratante fiscalizar mensalmente os pagamentos pela terceirizada de salário, 13º, contribuições ao FGTS e demais direitos trabalhistas e previdenciários.

## **Contribuição previdenciária**

Apesar da mobilização da equipe econômica do governo, que se reuniu com líderes partidários para alterar o modelo de arrecadação em contratos de terceirização, o plenário rejeitou as propostas apresentadas.

Pelo projeto aprovado pela Câmara, empresas que fornecem mão-de-obra, ou seja, que trabalham com cessão de profissionais e não de maquinário, pagarão uma alíquota de 11% sobre a receita bruta para a Previdência. Já empresas que terceirizam serviços que envolvem maquinário, como transporte de cargas e terraplanagem, pagarão ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) uma alíquota de 20% sobre a folha de pagamento.



O governo inicialmente queria que fosse estendida para todas as empresas a cobrança da alíquota de 11% sobre o faturamento. No entanto, diante da resistência do relator, o Planalto propôs manter os 11% para terceirização de mão-de-obra e cobrar das demais empresas 5,5% sobre o faturamento.

Apesar da redução da alíquota, o relator rejeitou a proposta por entender que esse modelo resultará em aumento de tributos, já que a incidência será sobre o faturamento e não a folha de pagamento.

Mais cedo, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, se reuniram com líderes partidários para tentar um acordo sobre o modelo de contribuição, mas não conseguiram convencer os deputados.

## **Direitos**

O projeto aprovado pelos deputados prevê que os empregados terceirizados tenham os mesmos direitos assegurados no local de trabalho aos funcionários da empresa contratante: alimentação em refeitório, quando for o caso; serviços de transporte; atendimento médico ou ambulatorial nas dependências da empresa; e treinamento adequado quando a atividade exigir.

A proposta estabelece a possibilidade da chamada "quarteirização", ou seja, de a empresa terceirizada subcontratar os serviços de outra empresa. Esse mecanismo só poderá ser adotado, porém, em serviços técnicos especializados e se houver previsão no contrato original.

Além disso, a "quarteirização" deverá ser comunicada aos sindicatos dos trabalhadores. Para resguardar funcionários que estejam nessa condição, o texto prevê que direitos

trabalhistas e previdenciários sejam responsabilidade da empresa contratante primária, ou seja, de quem requisitou os serviços da primeira terceirizada.

### **Exclusão de empresa pública**

Na semana passada, o plenário aprovou um destaque para excluir das novas regras de terceirização as empresas públicas e sociedades de economia mista controladas por União, estados, Distrito Federal e municípios.

Conforme o líder do PSDB na Casa, deputado Carlos Sampaio (SP), destaque aprovado em plenário não proíbe que o setor público realize terceirizações, mas impede que empresas controladas pelo governo façam a terceirização em todas as suas atividades, como prevê o projeto. A intenção, segundo ele, é valorizar o concurso público como forma de ingresso nesse tipo de empresa.

No entanto, na visão do líder do governo, José Guimarães (PT-CE), a aprovação do destaque não impedirá que o projeto se aplique a empresas públicas e sociedades de economia mista. Para ele, não é necessário haver, no texto, artigo que diga expressamente que as regras se aplicam a essas categorias.

O petista citou o artigo 173 da Constituição Federal, que diz que empresas estatais que exploram atividade econômica estão sujeitas ao regime jurídico das empresas privadas.

“Esse projeto de terceirização é um regime jurídico aplicado às empresas privadas e deverá ser aplicado também às empresas públicas, ao Banco do Brasil, à Petrobras. Esse destaque não terá qualquer incidência nos serviços terceirizados dessas empresas”, afirmou.

### **Quarentena**

Na emenda apresentada pelo PMDB, os deputados também aprovaram a redução para 12 meses do prazo de "quarentena" que empresas terão de cumprir para recontratar funcionários diretos como terceirizados. No texto original, esse período era de 24 meses.

### **Pessoas com deficiência**

A Câmara também aprovou uma alteração que trata das cotas para contratação de pessoas com deficiência. Pela emenda, as empresas terão que contabilizar todos os empregados diretos e terceirizados para calcular o tamanho da cota de funcionários com deficiência a serem contratados, que hoje varia de 2% a 5%, dependendo do tamanho da empresa.

### **Guarda portuária**

Os deputados também aprovaram um destaque da bancada do PTB que veda a aplicação da terceirização às guardas portuárias vinculadas às administrações dos portos.

### **Administração direta e indireta**

Outra alteração aprovada pelos parlamentares é a que estende os direitos previstos aprovados no projeto da terceirização, como, por exemplo, acesso a transporte, ambulatório e refeitório, para os trabalhadores terceirizados da administração direta e indireta.

## **Inflação medida pela FGV perde força e registra 0,71% na última prévia**

23/04/2015 - Fonte: Agência Brasil

O Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) apresentou redução na intensidade de alta ao passar de 0,93% para 0,71% na terceira prévia de abril. No começo do mês, a taxa tinha oscilado 1,22%, abaixo do registrado no fechamento de março último (1,41%).

A principal influência para a queda na pressão inflacionária partiu do grupo habitação: o índice alcançou 1,21%, abaixo da variação observada no último levantamento que foi 2,08%.

O resultado do IPC-S refere-se à coleta de preços feita entre 23 de março e 22 de abril, comparada às variações registradas entre 23 de fevereiro e 22 de março. O índice é calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas (FGV) e aponta a média de preços encontrada em sete capitais: Brasília, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Recife.

Na terceira prévia do mês, quatro dos oito grupos pesquisados apresentaram decréscimos. Além do grupo habitação, caiu a velocidade de aumento de preços nos seguintes grupos: alimentação (de 0,97% para 0,94%); despesas diversas (de 0,57% para 0,52%) e transportes de (de 0,19% para 0,03%).

Em sentido oposto, o ritmo de correções avançou nas demais classes de despesas: vestuário (de -0,26% para 0,28%); comunicação (de -0,07% para 0,01%); saúde e cuidados pessoais (de 0,91% para 0,97%) e educação, leitura e recreação (de 0,27% para 0,28%).

Os principais itens de pressão de alta foram: tarifa de energia elétrica residencial (4,61%); refeições em bares e restaurantes (0,8%); leite tipo longa vida (6,37%); tomate (13,78%) e condomínio residencial (1,26%). Já os itens de menor pressão inflacionária foram: batata-inglesa (-13,69%); massas preparadas e congeladas (-2,99%); automóvel usado (de -0,8%); etanol (-1,05%) e passagem aérea (-4,41%)

## **Metalúrgicos entram em greve na Mercedes**

23/04/2015 - Fonte: Automotive Business



Os metalúrgicos da Mercedes-Benz de São Bernardo do Campo (SP) iniciaram na quarta-feira, 22, uma greve em protesto contra o anúncio da demissão de 500 de 750 funcionários afastados por um layoff.

A decisão foi tomada após assembleia com 7 mil trabalhadores. "São dois anos de negociações na busca de alternativas e não podemos aceitar demissões sumárias como a empresa está tentando fazer", afirma o presidente do sindicato, Rafael Marques.

Em comunicado, a Mercedes-Benz reafirmou que os 500 colaboradores fazem parte de um grupo de cerca de 750 pessoas em layoff há quase um ano e que a medida foi necessária como forma de tentar gerenciar o número de funcionários na fábrica, que além desses 750 tem outros 1,2 mil excedentes por causa da queda de vendas de veículos comerciais no mercado brasileiro.

Na quarta-feira à tarde, o sindicato encaminhou ofício aos ministérios da Fazenda, do Trabalho, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e à Secretaria-geral da Presidência da República pedindo urgência na adoção do Programa de Proteção ao Emprego (PPE) e de outras medidas de estímulo à economia.

Similar ao modelo alemão adotado no fim dos anos 1950, o programa prevê que em tempos de crise os trabalhadores possam ter redução da jornada de trabalho e continuem vinculados à empresa, recebendo seus salários. A complementação do salário seria paga parte por um fundo governamental e parte mediante a negociação com as empresas.

A proposta foi apresentada ao governo pela CUT e demais centrais, que aguardam um posicionamento do governo.

### **Caminhões Scania reduzem custos em mineradora**

23/04/2015 - Fonte: Automotive Business



Após adquirir 36 caminhões Scania, a empresa paulista Riuma Mineração contabiliza os ganhos de produtividade com a nova frota, comprada a partir de 2012, quando iniciou contatos com a montadora.

Foram adquiridos 20 caminhões P 310 8x4 para compor a frota externa, equipados com caçamba para o transporte de brita até os clientes; oito modelos G 440 8x4 para a frota interna, com caçamba para transporte de minério até o britador e oito P 310 8x4 do tipo betoneira.

“Com os caminhões fora de estrada da Scania já chegamos a uma economia de 70% no custo do transporte e a uma redução no gasto de combustível de 50% na frota interna e de 16% na externa”, afirma Carlos Barbosa, engenheiro técnico da Riuma Mineração.

“Com a frota antiga, que operou por 10 anos, transportávamos 7,5 toneladas de minério para cada litro de diesel: agora, com os caminhões Scania, este volume aumentou para 14 toneladas por litro, ou seja, quase o dobro”, acrescenta.

O executivo conta que em 2012 iniciou pesquisas e testes a fim de renovar a frota com o objetivo de aumentar a produtividade nas operações dentro e fora da mineradora. No

caso do modelo G 440, escolhido para a frota interna, a Scania dispôs de um modelo para demonstração.

“Acompanhados pelas equipes de pré-venda da Scania e da Codema (concessionária), constatamos que o implemento a ser usado nas operações de lavra precisava de adaptações para atender a características específicas, como ter a largura da caçamba alterada, uma vez que a medida era muito próxima da largura da concha da escavadeira”, diz Barbosa.

Segundo ele, o operador demorava para alinhar escavadeira e caçamba a fim de despejar o material no caminhão. Após a personalização do implemento – com aumento de 10 centímetros de largura – a operação ganhou tempo e produtividade: de sete minutos, o carregamento da caçamba passou a apenas três minutos.

“Estamos muito satisfeitos por nossos caminhões estarem aumentando a produtividade da Riuma. Quando apresentamos o P 310 8X4 com redução nos cubos, que pode tracionar até 100 toneladas, a Riuma foi o primeiro cliente a adquirir o modelo, lançado em 2013”, conta Celso Mendonça, gerente de pré-vendas da Scania no Brasil.

“Fomos conhecer a operação e depois de entender as necessidades concluímos que o caminhão deveria ser produtivo dentro da mina e nas entregas de material pelo Rodoanel, em São Paulo. Ou seja, um veículo versátil, que aliasse torque e potência.”

Segundo a Scania, a mineradora Riuma também foi um dos primeiros clientes do segmento a utilizar o Scania Driver Support Off-Road no treinamento e na reciclagem dos motoristas. A tecnologia funciona como um “professor” em tempo real no painel, que orienta o motorista com dicas e notas para melhorar os aspectos da direção.

Para o engenheiro da Riuma, a ferramenta permite avaliar diariamente o trabalho do operador, além de ajudar no acompanhamento da operação e da manutenção.

“O Full Potential, oferecido pela Codema, é outra ferramenta importante nesse processo: seus relatórios mensais trazem informações importantes para a análise da performance da frota e tem sido um dos segredos para sua maior produtividade e rentabilidade”, completa Mendonça.

Além disso, para agilizar a manutenção e reduzir os custos da Riuma, a Codema, concessionária responsável pelas vendas dos caminhões, instalou um box de serviço dentro da empresa com um mecânico em tempo integral.

A empresa verificou ganho de tempo na oficina e no estoque, que ficou mais enxuto e funciona de acordo com a demanda de peças providas das revisões.

## **Governo francês amplia participação na Renault**

23/04/2015 - Fonte: Automotive Business

O governo francês elevou participação no controle da Renault. Na terça-feira, 22, o Estado concluiu processo para aumentar de 15,01% para 19,74% sua presença na organização. O movimento aconteceu apesar da oposição da parceira Nissan e de Carlos Ghosn, CEO das duas montadoras, que detêm 15% das ações da empresa.

Com a medida, o governo francês enfrenta o executivo e passa a ter 23,2% do direito ao voto na companhia. O processo demandou investimento que variou de € 814 milhões a € 1,23 bilhão.

A operação deve obrigar a Renault a seguir a Lei Forange, que duplica o direito ao voto de ações que permaneçam por mais de dois anos nas mãos da mesma organização. Sem maior presença do estado na empresa, havia grande risco de esta regra ser vetada, já que a escolha dependia da adesão de mais de dois terços dos acionistas.

Apesar da resistência de Ghosn, o governo francês aponta que a Lei Forange já é usada em metade das maiores empresas negociadas na Bolsa de Paris. A ideia é estimular os investidores a manter as ações, fomentando o desenvolvimento das companhias e reforçando a influência de acionistas de longo prazo, como os próprios funcionários das organizações.

## Financiamento de veículos encolherão 9,4% em 2015, projeta Anef

23/04/2015 - Fonte: Automotive Business



O saldo de financiamentos de veículos em 2015 deve fechar em R\$ 192,7 bilhões contra os R\$ 212,7 bilhões registrados no ano passado, projeta a Anef, Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras. Se confirmado, o resultado, que inclui motocicletas financiadas, representará queda de 9,4% no comparativo anual - ou seja, a tendência é de mais quitações de empréstimos e menor liberação de recursos.

O total de recursos liberados para os financiamentos de veículos também deverá recuar, com queda de 1,7% este ano em comparação com o exercício anterior, segundo calcula a Anef.

Ambas as previsões têm a conjuntura atual de arranjos econômicos como o maior fator impactante nos resultados. "Iniciamos um período de ajustes estruturais na política macroeconômica, que impactarão o setor automobilístico", avalia Décio Carbonari, presidente da Anef. O executivo avalia que, apesar dos efeitos negativos observados desde janeiro, há um horizonte positivo nos ajustes em andamento.

"Num primeiro momento de alterações substanciais na política econômica é esperado que a insegurança gerada impacte os hábitos de consumo e investimentos por parte das pessoas e organizações, como já se observou em outras ocasiões em diferentes mercados.

Porém, uma vez estabilizado, surgirá um novo cenário, alicerçado em fundamentos mais seguros, e a tendência será a retomada do crescimento. Nós vamos ultrapassar esta crise como já fizemos em outros momentos de fragilidade ainda maior da economia brasileira."

### RESULTADOS DO PRIMEIRO BIMESTRE

As previsões da Anef também tomaram por base os resultados consolidados até fevereiro, os mais recentes disponíveis pelos bancos das montadoras. O saldo do crédito bancário brasileiro alcançou no segundo mês de 2015 o valor de R\$ 3 trilhões, aumento de 11% no ano, representando 58,6% do PIB.

Já o saldo dos financiamentos para aquisição de veículos, considerando pessoas físicas e jurídicas, correspondeu a 4% do PIB, contra 4,6% no mesmo período do ano passado, passando a representar 6,9% do total do crédito do Sistema Financeiro Nacional e 13,3% do total das operações de crédito com recursos livres.

O saldo das carteiras de veículos chegou a R\$ 208 bilhões, queda de 1,1% sobre janeiro e retração de 7,2% contra fevereiro de 2014. O saldo de financiamentos via CDC (crédito direto ao consumidor) foi de R\$ 200,2 bilhões, retração de 1% no mês e de 5,3% em um ano, enquanto o saldo de leasing ficou em R\$ 7,8 bilhões, queda de 3,7% e de 38,6%, respectivamente.

O total de recursos liberados para compras financiadas de veículos nos dois primeiros meses do ano foi de R\$ 15,5 bilhões, 13,1% abaixo do valor registrado no primeiro bimestre de 2014. A maior parte para CDC, totalizando R\$ 15,1 bilhões, retração de 13,5% no comparativo anual. Em fevereiro, o total de recursos liberados para CDC foi de R\$ 6,6 bilhões, redução de 22,4% sobre janeiro e de 19,6% em 12 meses.

Segundo a Anef, as taxas de juros praticadas pelos bancos das montadoras ainda são as mais atrativas: em fevereiro, fecharam em 1,49% ao mês e 19,42% ao ano enquanto os bancos de varejo ofereceram taxas médias de 1,86% a.m. e 24,8% a.a. para pessoa física no CDC no mesmo período.

Os prazos máximos foram mantidos em 60 meses em fevereiro, com prazo médio mantido nos mesmos 42 meses registrados em mesmo mês de 2014.

A inadimplência no total do crédito do sistema financeiro nacional fechou fevereiro em 5,4%, aumento de 0,1 p.p. no mês e queda de 0,2 p.p. em 12 meses. No CDC, a inadimplência ficou em 3,9%, com queda de 1.2 p.p. sobre igual mês do ano passado.

### **Veja como votou cada deputado no projeto da terceirização**

23/04/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

Emendas foram aprovadas na noite desta quarta-feira com 230 votos a favor e 203 contra. Mesmo com protestos de sindicalistas e de parte da sociedade, as emendas ao projeto que regulamenta a terceirização no País foram aprovadas na noite desta quarta-feira, 22, com 230 votos a favor e 203 contra. Quatro deputados se abstiveram.

Entre as siglas que foram contrárias ao projeto estão PCdoB, PRP, PRTB, PSOL, PT e PTC. Agora, o governo conta com sindicatos para mudar o projeto no Senado. Emissários do Palácio do Planalto não encararam o resultado da votação desta quarta-feira como uma "derrota final".

Veja como votaram os deputados acessando o link:

<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,veja-como-votou-cada-deputado-no-projeto-da-terceirizacao,1674541>

### **WolfBrasil contrata gerente e reforça equipe de vendas**

23/04/2015 - Fonte: Usinagem Brasil

Até recentemente, a WolfBrasil - que distribui as ferramentas da ZCC e da AMEC no Brasil - tinha o seu foco principal no atendimento de revendas e representantes. Para ampliar sua participação no mercado, a empresa mudou a estratégia e hoje quer fortalecer a atuação direta junto à indústria.



Para tanto, a empresa contratou um novo gerente Comercial, Sílvio Samuel, que por cerca de 10 anos trabalhou na Komet. Samuel conta que a WolfBrasil montou um time com vendedores externos para atender a Grande São Paulo, o Interior de São Paulo, Joinville e está selecionando candidatos para atender o Paraná (no Rio Grande do Sul mantém parceria com a distribuidora Paese).

“Pretendemos expandir para todos os polos industriais do País, começando por Rio de Janeiro e Minas Gerais”, informa o gerente.

Com a nova estrutura, o objetivo é crescer 30% em 2015. “É uma meta agressiva para um mercado em crise, mas com a expansão da equipe de vendas, inclusive da estrutura interna de vendas, achamos que é possível. Além disso, teremos novidades em ferramentas de metal duro da ZCC já na Feimafe e acreditamos que a linha de furação da AMEC tem grande potencial de crescimento no Brasil”, diz Samuel.

O gerente lembra que a AMEC é um tradicional fabricante norte-americano, que se instalou recentemente no Brasil e que conta com estrutura de suporte local, inclusive de engenharia de aplicação, e que tem crescido bastante na América Latina, em especial no México.

“A AMEC também tem grande expectativa para a sua linha no mercado brasileiro, em especial na área de furação profunda até 30xD - a maioria com itens standard. É um campo com poucas empresas especialistas e a AMEC conta com produtos para todas as operações da área de furação, como mandrilamento, alargamento e rosqueamento”.

Para dar um exemplo, cita a linha APX que está chegando agora ao mercado brasileiro. Trata-se de uma linha de brocas para diâmetros grandes, de 38 a 100 mm de comprimento para furação de 3xD a 10xD e que foi desenvolvida para trabalhar com altas taxas de remoção e de avanço, possibilitando significativos ganhos de tempo em usinagem.

“Para empresas que usinam peças para o setor de geração de energia, que usinam materiais difíceis, que em geral e no qual em geral é cara a hora-máquina, traz grandes vantagens em termos de custo x benefício”, completa.

## **Evasão fiscal anual no Brasil "equivale a 18 Copas do Mundo"**

23/04/2015 - Fonte: Portal Contábil

Segundo uma pesquisa da Tax Justice Network (rede de justiça fiscal, em tradução livre, organização internacional independente com base em Londres, que analisa e divulga dados sobre movimentação de impostos e paraísos fiscais), este é o montante que o Brasil teria perdido, apenas em 2010, com a evasão fiscal - em 2011, ano de divulgação do estudo, isso equivalia a R\$ 490 bilhões.

O número vem de estimativas feitas com base em dados como PIB, gastos do governo, dimensão da economia formal e alíquotas tributárias. Segundo um dos pesquisadores da organização, estudos sobre evasão fiscal mostram que as estimativas do que deixa de ser arrecadado leva em conta também a economia informal.

O valor coloca o Brasil atrás apenas dos Estados Unidos numa lista de países que mais perdem dinheiro com evasão fiscal. É 18 vezes maior que o orçamento oficial da Copa do Mundo de 2014 e quase cinco vezes mais que o orçamento federal para a Saúde em 2015, por exemplo.

É bem maior que os R\$ 19 bilhões que a Polícia Federal acredita terem sido desviados da União por um esquema bilionário de corrupção envolvendo um dos principais órgãos do sistema tributário brasileiro, o Carf - a agência responsável pelo julgamento de recursos contra decisões da Receita Federal, e que é o principal alvo da Operação Zelotes.

Mas para diversos estudiosos da área, a deflagração da ação policial pode representar o momento em que a sonegação ocupe um espaço maior nas discussões sobre impostos no Brasil, normalmente dominadas pelas críticas à carga tributária no país.

"A operação Zelotes mostrou que grandes empresas são pegadas (em esquemas de sonegação) e têm grandes valores de dívidas. Mostrou ainda que não há constrangimento em pagar 'consultorias' que lhes assessorem em seus pleitos.

A evasão fiscal é um problema muito mais grave do que a corrupção, não apenas por causa do volume de dinheiro envolvido, mas porque é ideologicamente justificada como uma estratégia de sobrevivência", disse à BBC Brasil uma fonte da Receita Federal.

### **Paraísos fiscais**

Pesquisador da Tax Justice Network, o alemão Markus Meinzer, aponta também para estimativas da entidade, igualmente baseadas em dados de 2010, de que os super-ricos brasileiros detinham o equivalente a mais de R\$ 1 trilhão em paraísos fiscais, o quarto maior total em um ranking de países divulgado em 2012 pelo grupo de pesquisa.

"Números como estes relacionados aos paraísos fiscais mostram que o grosso do dinheiro que deixa de ser arrecadado vem de grandes fortunas e empresas. Por isso a operação da receita brasileira poderá ser extremamente importante como forma de tornar o assunto mais público", acredita Meinzer.

O pesquisador acredita que a discussão é crucial para debates políticos no Brasil. Cita especificamente como exemplo o debate sobre os gastos sociais do governo da presidente Dilma Rousseff, um ponto contencioso em discussões públicas no Brasil.

"A verdadeira injustiça não está nas pessoas que usam benefícios da previdência social, mas as pessoas no topo da pirâmide econômica que simplesmente não pagam imposto. Pois isso é o que força governos a aumentar a taxa para os cidadãos. Alguns milhares de sonegadores milionários fazem a vida de milhões mais difícil".

Autor de *Ilhas do Tesouro*, um livro sobre a proliferação dos paraísos fiscais e esquemas de evasão de renda que rendeu elogios do Nobel de Economia Paul Krugman, o britânico Nicholas Shaxson, concorda com a atenção que a Operação Zelotes poderá despertar junto ao grande público, em especial sobre a bandeira da justiça fiscal.

"Nos países europeus, a crise econômica de 2008 mobilizou o público para questões como esquemas de evasão fiscal, incluindo sistemas de certa forma encorajados pelo governo, como os impostos de multinacionais.

Falar em impostos é um tema delicado politicamente, mas que se transformou em algo instrumental em campanhas políticas. O Brasil, que agora passa por um momento econômico mais delicado terá uma oportunidade de abordar esse assunto de forma mais generalizada", diz Shaxson.

"O princípio de justiça fiscal é uma bandeira de campanha interessante. Na Grã-Bretanha, por exemplo, já não é mais exclusivamente restrito a uma parte do espectro político.

E mostra que não adianta você insistir naquela tese de 'ensinar a pescar em vez de dar o peixe' quando alguns poucos são donos de imensos aquários", completa o britânico, numa alusão à expressão usada para criticar programas assistenciais como o Bolsa-Família.

## **Redução de notas explicativas já beneficia balanço de empresas**

23/04/2015 - Fonte: Portal Contábil

Um estudo mostrando os efeitos da nova norma de notas explicativas criada no ano passado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá ser divulgado até o final de maio mostrando efeitos positivos.

Num levantamento inicial com 23 empresas, a CVM constatou uma redução, em média, de 9% na quantidade notas divulgadas nos balanços anuais de 2014 ante 2013.

De acordo com o Superintendente de Normas Contábeis e Auditoria da CVM, José Carlos Bezerra, foi uma redução positiva, mas ainda não dá para ter um diagnóstico.

"Os dados são rudimentares e levou em conta apenas a quantidade e não a qualidade", diz o dirigente da autarquia.

Segundo o vice-coordenador de assuntos internacionais do CPC, Nelson Carvalho, esse é um processo que requer tempo e não é possível mudar da noite para o dia.

"Estamos acostumados, desde 1976, com normas contábeis baseadas em regras, e o IFRS trouxe normas contábeis baseadas em bom senso", diz.

O coordenador da Fundação de Apoio ao CPC, Alfried Plöger, explica que as notas explicativas deveriam priorizar a relevância, mas preocupadas em serem autuadas pela CVM pela falta de alguma informação, as empresas exageram na quantidade de notas explicativas.

O coordenador do CPC, Edison Arisa, disse ainda que agora o grupo de trabalho irá começar a olhar as demonstrações financeiras trimestrais e também irá analisar os formulários de referências que precisam ser enviados à CVM.

"Vamos ver como fazer para maximizar a informação que está em diversos lugares de forma coordenada", diz, ressaltando ainda que os balanços do primeiro trimestre deste ano já serão analisados.

Sobre os temas que serão debatidos pelas duas entidades ao longo do ano, está o IFRS15 que irá alterar o reconhecimento das receitas.

"É uma norma nova, grande e tem a ver com as várias formas do reconhecimento da receita", diz Carvalho, ressaltando que o tema será analisado até, no máximo, o início de 2016 para vigência em 2017.

Hoje, a linha de receita do balanço não discrimina de a origem de cada valor.

"Se uma empresa aluga uma máquina, esse valor é incluído na linha de receita. Com a mudança, isso irá para uma linha de sub-receita", informou.

## Crise na Petrobras faz indústria do Vale do Aço buscar novos mercados

23/04/2015 - Fonte: DC

Após se preparar para atender o setor de óleo e gás e a indústria naval, os fabricantes de bens de capital instalados no Vale do Aço se viram obrigados a demitir pessoal, frente ao cancelamento de pedidos, provocado pelos problemas envolvendo a Petrobras.

Estimativas da regional da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) apontam que cerca de 500 trabalhadores ligados apenas à produção de equipamentos destinados a esses segmentos foram demitidos nos últimos meses.

"Sem dúvida, o que está acontecendo (com a Petrobras) impactou a indústria metalmeccânica da região. As empresas voltadas para os setores de óleo e gás e naval tiveram encomendas canceladas, foram registradas demissões e agora elas estão tentando se reposicionar para atender outros mercados", explica o presidente da regional da Fiemg no Vale do Aço, Luciano Araújo.

Segundo ele, nos últimos anos, a indústria metalmeccânica da região se viu obrigada a se qualificar para atender outras atividades, na tentativa de diversificar sua carteira de clientes, em função do momento pelo qual passa a siderurgia nacional, com retração da produção devido à concorrência com o aço e estruturas metálicas importadas, especialmente da China.

E a solução, à época, foi investir no atendimento da indústria de óleo e gás e naval, que se colocava como um mercado promissor, devido à descoberta e ao início da exploração do pré-sal. "O segmento se voltou para estes setores, que seriam uma boa alternativa. Mas, agora, os prejuízos são grandes", afirma Araújo.

**Programa** - No final de 2012, a estatal criou um programa para desenvolver polos de fornecedores da indústria de petróleo e gás no país, e escolheu o Vale do Aço como uma das sedes. Na época, o projeto-piloto para criação dos chamados arranjos produtivos locais (APLs) previa a oferta de programas de qualificação dos fornecedores e de linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Até então, as perspectivas de crescimento da atividade ligada ao petróleo e ao gás, principalmente com a exploração da camada pré-sal, eram promissoras. Em 2012, os investimentos no setor no Brasil estavam estimados em cerca de US\$ 230 bilhões até 2016. Além do Vale do Aço, seriam beneficiados arranjos produtivos no Rio Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Até mesmo um especialista em tecnologia de perfuração de poços de petróleo em águas profundas da Noruega - país com grande *know how* e *expertise* nesse setor - visitou empresas do Vale do Aço com o objetivo de identificar e formar uma rede de indústrias para atender à demanda desses segmentos, especialmente da Petrobras.

Além disso, a Fiemg, em parceria com o Sindicato Intermunicipal das Indústrias do Vale do Aço (Sindimiva) e com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (Sebrae Minas) também promoveu cursos, palestras e seminários focados no setor de óleo e gás.

"A expectativa é que ocorra uma retomada dos negócios e a indústria local seja beneficiada, porque se preparou para atender esse mercado", diz o presidente da regional.

Ainda de acordo com o representante da indústria da região, pelo menos entre 10% e 15% das empresas do segmento metalmeccânico instaladas no Vale do Aço já trabalhavam focadas na indústria naval e na de óleo e gás, percentual que cresce para algo em torno de 30% a 40% se consideradas aquelas que já estavam aptas a atender os segmentos.

## **Thermogel prevê faturar R\$ 13 milhões**

23/04/2015 - Fonte: DC

A Thermogel, com sede em Jundiaí, interior de São Paulo, e filial em Estiva, município da região Sul do Estado, se prepara para construir uma fábrica em um terreno no distrito industrial da cidade mineira.

Atualmente, as atividades acontecem em um galpão de 260 metros quadrados, onde são fabricados cerca de 60 mil produtos por mês.

A empresa, especializada em produtos de resistência para degelo de refrigeradores, divide a produção entre refrigeradores convencionais e *frost free*. Por enquanto, a planta mineira fabrica somente as resistências utilizadas em refrigeradores convencionais, que têm menor valor agregado.

A ideia é que, a partir do segundo semestre de 2016, a produção aconteça integralmente em Estiva, enquanto em Jundiaí funcionaria somente a área administrativa e um centro tecnológico.

Segundo o sócio-proprietário da empresa, Pedro Kauderer, o investimento será de R\$ 1,2 milhão. A estimativa é de que a nova unidade industrial seja capaz de produzir 1 milhão de produtos por ano a partir de 2017, com perspectiva de crescimento anual de 20%.

Neste momento, a planta emprega 28 colaboradores e, com as readequações, a expectativa é de que outros 27 profissionais sejam admitidos em 2016 e mais 45 em 2017.

A empresa encerrou 2014 com faturamento de R\$ 10,6 milhões e a previsão é de que a receita deste ano atinja alta de 15%, alcançando cerca de R\$ 13 milhões.

"Embora o mercado esteja ruim, estamos ganhando mais participação com as montadoras de linha branca. Acredito que o bom desempenho seja impulsionado pelos investimentos em automação, que contribuem para a melhora do produto", avalia ele.

Embora a Thermogel passe por um período positivo em meio à crise econômica, há três anos a situação financeira era bastante diferente. Isso porque, naquela época, a empresa não produzia as resistências para os produtos *frost free* e os negócios se restringiam às resistências feitas com base em folha de alumínio, que estavam caindo em desuso uma vez que as montadoras apostavam cada vez mais nesse outro modelo de refrigerador.

O sócio da FC Partners, Ricardo Silva Resende, começou a desenvolver um trabalho de gestão financeira e contábil junto à Thermogel quando ela ainda enfrentava um período conturbado. "Eles descobriram que era possível desenvolver um produto com maior valor agregado, muito mais rentável, utilizando o mesmo processo", explica.

Resende esclarece que a maior parte das organizações deveria se preparar para enfrentar momentos de crise em épocas de maior rentabilidade, justamente para saber onde é possível eliminar gastos em momentos de necessidade.

"Mas, infelizmente, não é isso que acontece. O empresário espera o problema se concretizar e procura otimizar a gestão quando já não é mais possível reverter a situação", salienta.

Neste momento, de acordo com Kauderer, o foco da Thermogel é conquistar 95% do mercado nacional em produtos de resistência para *frost free*, meta que ela pretende alcançar até 2019.

O empresário informa que, para isso, é necessário vencer a concorrência de duas companhias multinacionais e de outra chinesa. Além disso, ela tenta se aproximar cada vez mais das montadoras.